

## ATA DA 78ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e sete (13.12.2007), às onze horas (11h), no plenário dos Colegiados, reuniram-se, para sua 78ª Sessão Ordinária, os membros do Conselho Superior do Ministério Público. Constataram-se as presenças dos Excelentíssimos Doutores: Leila da Costa Vilela Magalhães, Presidente; João Rodrigues Filho e Marco Antônio Alves Bezerra, Membros; e Elaine Marciano Pires, Secretária. Registrou-se a ausência da Doutora Angélica Barbosa Silva, por estar em gozo de férias. Verificando o *quorum* legal, a Presidente declarou aberta a sessão e deu conhecimento da **pauta**: (1) Apreciação de ata; (2) Inscrição de candidato para compor o Conselho Superior do Ministério Público; (3) Apreciação de Relatório de Correições realizadas em 2007; (4) Autos nº. 075/2007 - Requerimento de afastamento do cargo da Dra. Flávia Souza Rodrigues; (5) Expediente do Dr. Marco Antônio Alves Bezerra comunicando conclusão de curso; (6) Ofício nº. 077/3ª PCPP, de 21/11/2007, do Dr. César Roberto Simoni de Freitas; e (7) Análise das alterações na Resolução CSMP nº 002/2007. Iniciados os trabalhos, foi apreciada e aprovada, sem emendas, à unanimidade a **Ata da 77ª Sessão Ordinária**, sendo dispensada a leitura pela Secretária porque os demais Conselheiros já haviam tomado conhecimento do conteúdo dela mediante prévia leitura individual. Em seguida, foi repassada a palavra à Secretária, que noticiou o **deferimento da inscrição** do Dr. José Demóstenes de Abreu como candidato único à eleição pelos Promotores de Justiça para compor o Conselho Superior, cujo pleito está agendado para o próximo dia 14. Em continuidade, foi apreciado o **Relatório das Correições realizadas em 2007**, encaminhado pelo Doutor João Rodrigues Filho, Corregedor-Geral. O Dr. Marco Antônio ressaltou que a matéria apresentada é do conhecimento de todos conselheiros, em função de já ter sido apreciada pelo Colégio de Procuradores. A Presidente, então, com a assentimento dos demais, declarou cumprida a exigência legal. Logo após, passou-se à análise dos **Autos nº.**

**075/2007. Interessada:** Dra. Flávia Souza Rodrigues, 2ª Promotora Criminal de Paraíso do Tocantins. **Assunto:** Requerimento para afastamento remunerado do cargo a fim de freqüentar curso *stricto sensu* de mestrado em Direito Político e Econômico, por dois (2) anos, a partir de fevereiro de 2008. **Relatoria:** João Rodrigues Filho. Em apreciação, deliberou-se à unanimidade pela designação de data para a entrevista pessoal da requerente, nos termos do despacho do relator, a ser realizada na próxima Sessão Ordinária, que ocorrerá no dia 10/01/2008, devendo a Secretaria do Conselho providenciar a cientificação da interessada, como dispõe o artigo 107 do Regimento Interno. Dando seguimento, passou-se a apreciação do **Ofício nº. 077/3ª PCPP, de 21/11/2007, do Dr. César Roberto Simoni de Freitas**, que sugeriu algumas adequações na Resolução nº. 002/2007, especialmente no que tange à formalização de Termo de Ajuste de Conduta, as quais foram reputadas pertinentes, mas serão objeto de deliberação final quando da apreciação específica da referida resolução. Em ato contínuo, foi apreciado o **Expediente do Dr. Marco Antônio Alves Bezerra**, onde informa a conclusão do seu curso de pós-graduação *strito sensu*, Mestrado em Direito Público, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A Presidente declarou cumprida a exigência regimental e determinou à Secretaria do Conselho que faça juntada do documento aos Autos nº. 001/2007, e as comunicações ao Departamento de Recursos Humanos e à Corregedoria-Geral. Na seqüência, a Secretária solicitou a palavra para informar aos Conselheiros sobre o andamento dos Inquéritos Civis Públicos abertos há mais de cento e oitenta dias. Disse, ainda, que nestes casos os respectivos Promotores de Justiça foram notificados para prestarem informações e já remeteram as devidas justificativas. A sessão foi suspensa às doze horas (12h), com retorno aos trabalhos às quatorze horas e trinta minutos (14h30min). Dando continuidade, o Dr. João Rodrigues apresentou a **proposta de alteração da Resolução CSMP nº. 002/2007**. Após a análise pormenorizada das modificações pertinentes, com a devida e gradual aprovação das adequações por unanimidade, foram também incluídas no texto da resolução as sugestões encaminhadas pelo Dr. César Simoni, concluindo-

se, desta forma, os trabalhos de adequação à Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº. 23, de 17 de setembro de 2007. Em virtude da quantidade de modificações feitas, a Dra. Elaine propôs a revogação da Resolução CSMP nº 002/2007, a fim de que seja editado e publicado o texto corrigido sob uma nova numeração, mas contendo a mesma finalidade, ou seja, instituir as normas que regulamentam as peças de informação, a representação cível, o procedimento preparatório, o inquérito civil, a recomendação, a audiência pública e a precatória no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins. A proposta foi acatada à unanimidade. Nada mais havendo, deu-se por encerrada a presente sessão às dezessete horas (17h), do que, para constar, eu \_\_\_\_\_(Elaine Marciano Pires) lavrei a presente Ata, a qual, após lida, conferida e assinada pelos membros do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, será encaminhada para publicação.

Leila da Costa Vilela Magalhães

**Presidente**

Elaine Marciano Pires

**Secretária**

João Rodrigues Filho

**Membro**

Marco Antônio Alves Bezerra

**Membro**